

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

KETLIN ZANONI

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

KETLIN ZANONI

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, e de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a.MSc Flóida Moura Rocha Carlesso Batista.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2018



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Por

KETLIN ZANONI

Esta monografia foi apresentada às 20 h do dia 15 de agosto de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Medianeira, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

Prof^a. Msc Flóida Mora Rocha Carlesso Batisa
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Orientadora)

Prof Ms. Neron Alipio Cortes Berghauser
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Marilete Terezinha de Marco
UTFPR – Câmpus Medianeira

DEDICATÓRIA

Ao meu namorado, que sempre me incentivou para a realização dos meus ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.

Aos meus pais pelo apoio e contribuição para minha formação acadêmica, sem eles não chegaria até aqui.

Aos meus professores pelos conhecimentos adquiridos durante o curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu namorado por sempre estar ao meu lado durante todos os momentos e principalmente nessa etapa do projeto.

A minha orientadora professora Flóida Moura R. C. Batista, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”.
(LEONARDO DA VINCI)

RESUMO

ZANONI, Ketlin. **A inclusão do aluno surdo na educação básica**. 2018. 38 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática a inclusão do aluno surdo na educação básica. Levando-se em conta que a grande maioria desses alunos sofrem preconceitos, ainda nos dias de hoje, onde as leis não são tão claras quanto ao seu papel como aluno e as escolas ainda não possuem adaptações e instruções para tais alunos. Compreendendo a fisiologia e anatomia auditiva, entre tais formas de deficiência que pode estar correlacionada a tal. Passando pelo conhecimento de uma língua própria denominada aqui no Brasil como Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS, e a partir de então, alunos com deficiência auditiva, podem ser incluídos em educação básica para aprender conteúdos iguais a todos os outros alunos. Embora garantidos por lei suas necessidades, ainda são desiguais os ensinamentos nas escolas, por falta de professores intérpretes e professores com pouco conhecimento no assunto. Tendo com isso uma necessidade muito grande em ampliar os conhecimentos e discussões sobre o assunto LIBRAS e como melhorar a inclusão dessas pessoas com necessidades auditivas, ao meio escolar e até mesmo na sociedade, garantindo uma vida mais digna.

Palavras-chave: Educação. Deficiência Auditiva. Inclusão.

ABSTRACT

ZANONI, Ketlin. **The inclusion of deaf students in basic education**. 2018. 38 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had as its theme the inclusion of the deaf student in basic education. Since the vast majority of these students still suffer from prejudice today, where laws are not as clear about their role as students and where schools do not yet have adaptations and instructions for such students. Understanding the physiology and auditory anatomy, among such forms of deficiency that may be correlated to such. Passing through the knowledge of a proper language denominated here in Brazil as the Brazilian Sign Language - LIBRAS, and since then, students with hearing impairment, can be included in basic education to learn content equal to all other students. Although their needs are guaranteed by law, the teachings in schools are still unequal because of the lack of teachers and teachers with little knowledge of the subject. This has a great need to broaden the knowledge and discussions about LIBRAS and how to improve the inclusion of these people with hearing needs, the school environment and even society, guaranteeing a more dignified life.

Keywords: Education. Hearing Impairment. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	11
3 SISTEMA AUDITIVO	12
3.1. O SOM	12
3.2 ORELHA EXTERNA.....	13
3.3 ORELHA MÉDIA	14
3.4 ORELHA INTERNA OU CÓCLEA.....	15
4 ABORDAGENS SOBRE O SURDO	16
4.1 AS DIFERENTES FORMAS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	16
4.2 BREVE HISTÓRICO DOS SURDOS	18
4.3 PONTUANDO AS PRINCIPAIS LEIS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	20
4.4 FILOSOFIA EDUCACIONAL PARA OS SURDOS.....	23
4.4.1 Oralismo	23
4.4.2 Comunicação Total.....	24
4.4.3 Bilinguismo	25
5. INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIENCIA AUDITIVA EM ENSINO REGULAR	26
5.1 A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA COM A ESCOLA	28
5.2 O PAPEL DO PROFESSOR E INTÉRPRETE COM O SURDO	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental a todos os cidadãos. Devido a pluralidade de interesses educacionais, cada vez mais surgem debates sobre a melhor maneira de integrar os indivíduos em sala de aula, visando a interação de conhecimentos educacionais igualitários, além de oportunizar o desenvolvimento socioemocional para as crianças que possuem necessidades especiais (ZULIAN; FREITAS, 2001).

Desde a antiguidade, a deficiência foi tratada como algo anormal, em que as pessoas que nasciam com alguma necessidade específica eram excluídas das famílias, jogadas nas ruas ou até mesmo mortas em público, sendo assim, tratadas como pessoas inúteis perante a sociedade uma vez que não trariam benefícios para seu povo. Com o tempo, paradigmas foram sendo quebrados e houve a revisão de conceitos, com visões diferentes que buscam a aceitação e o respeito pelas pessoas com necessidades específicas (CORRENT, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996) em seu capítulo V garante uma educação gratuita em ensino regular à criança com deficiência, e essa educação deve assegurar currículo, técnicas, métodos e professores com especializações para o atendimento dos discentes, visando ao desenvolvimento do aluno. Porém, muitas vezes, não é bem isso o que acontece com a inclusão desses alunos, pois, falta espaço físico adequado, professores especializados e capacitados ao atendimento desses alunos.

No caso dos surdos, a inclusão é tratada delicadamente, pois adaptar o aluno surdo junto com alunos ouvintes é reconhecer que existem diferenças. A inclusão dessas pessoas a educação é um comprometimento de adaptação e paciência, devendo-se compreender a necessidade de um aprendizado contínuo sobre convivência social e ambiente escolar (MACIEL, 2000).

Neste sentido, é preciso que a escola se adapte e proponha uma boa qualidade de ensino e de profissionalismo, incluindo funcionários, professores e alunos. E ainda, não basta apenas que a escola promova a inclusão, mas a família e a sociedade possuem extrema importância com relação à educação e

a convivência das pessoas com necessidades específicas. Todo esse conjunto, constitui a base principal para a construção de uma inclusão que proporcione uma boa qualidade de vida (LAZZARETTI; FREITAS, 2016).

A educação especial teve seu início com as instituições filantrópicas e com as famílias que possuíam membros com deficiência, sendo assim, atualmente as crianças têm por direito uma educação em ensino regular e com professor de apoio, facilitando o aprendizado (OLIVEIRA; ZIESMANN; GUILHERME, 2016).

Para que alunos surdos tenham um aprendizado adequado e a inclusão seja feita de forma correta, os profissionais devem, contudo, ensinar na forma de LIBRAS que é a língua oficial dos surdos, ponderando que esta prática deve ser feita por profissionais adequados, e que a família esteja inclusa, para que o aprendizado seja ainda mais fácil e rápido (GONÇALVES; FESTA, 2016).

Baseado em tais constatações, este estudo busca compreender a importância da inclusão do aluno com necessidades específicas, especialmente o aluno surdo na educação básica e levantar as dificuldades encontradas por eles.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica e documental, por meio de uma revisão em trabalhos acadêmicos, visando a compreensão do contexto do assunto e posterior fundamentações e conclusões. Já a pesquisa documental foi baseada em documentos históricos, datas, fatos importantes, entre outros, buscando argumentar o texto proposto (GIL, 2008).

Como argumenta Arrabal (2011):

Na pesquisa bibliográfica você desenvolve sua investigação a partir de trabalhos e estudos já realizados por outras pessoas. Na pesquisa documental, a investigação concentra-se em dados obtidos a partir de “documentos” que registram fatos e/ou acontecimentos de uma determinada época (ARRABAL, 2011).

Nota-se que “além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa” (PIANA, 2009, p. 120), para que assim, possam ser obtidos os objetivos propostos nesse trabalho.

Como aporte teórico da presente pesquisa, foram consultados livros, artigos e monografias que tratem do assunto proposto, além de sites legislações e outras abordagens relevantes.

A pesquisa abordou os seguintes tópicos: - As estruturas fisiológicas e morfológicas da orelha e suas especificidades; O histórico da inclusão no Brasil de forma geral até a atualidade; A legislação relacionada à inclusão; o histórico da educação de surdos, as filosofias educacionais na área da surdez e a legislação; A inclusão dos surdos no ensino regular.

3 SISTEMA AUDITIVO

Para que seja possível abordar a deficiência auditiva, é necessário entender brevemente a anatomia e fisiologia do ouvido, ou seja, quais são os procedimentos transmitidos, para que uma pessoa possa ou não ouvir.

Para melhor compreensão da linguagem oral é necessário um funcionamento normal dos processos auditivos, e ainda, a integridade das vias cerebrais para a elaboração de conceitos e evocação em situações diárias, sabendo que a audição é o fator mais importante para o desenvolvimento da linguagem e expressão oral (FERNANDES et al., 2013).

A orelha tem função de perceber o som e através de ondas sonoras, levar informações até o cérebro sobre tudo o que acontece. A audição é mais definida entre as aves e os mamíferos, sendo que, nos mamíferos a orelha é subdivida em: a orelha externa, orelha média e orelha interna, nesta última, encontra-se a cóclea onde as frequências sonoras são percebidas e levadas até o cérebro (AIRES, 1999).

O ouvido de mamíferos é subdividido em três partes: o ouvido externo, que auxilia na coleta das ondas sonoras e na sua condução [...] o ouvido médio contém um sistema de pequenos ossos [...] ouvido interno; este último é composto pela cóclea, um tubo espiralado sobre si [...] (AIRES, 1999, p. 242).

Assim, pode-se compreender a anatomia e a fisiologia da audição, facilitando o entendimento da deficiência auditiva.

3.1. O SOM

O som é captado por meio de vibrações sonoras que chegam até a orelha e nela produzem uma pressão, ocasionando sinais elétricos que podem ser perspectivados ao cérebro em forma compreensível (LISBÔA, 2016).

A localização da origem do som é um processo integrado no qual o Sistema Nervoso Central (SNC) exige estímulo simultâneo proveniente de

ambas as orelhas. Porém, se um som não está vindo diretamente da frente de uma pessoa, ele não chegará ao mesmo tempo nas duas orelhas (HUMES, 1999).

Para saber em qual direção o som se propaga, primeiro deve-se calcular o tempo em que o som chega a uma orelha e o tempo que leva para chegar a orelha oposta, e após isso, qual será a intensidade cada orelha. Porém, se a pessoa estiver de frente para o som, as duas orelhas recebem ao mesmo tempo a frequência, assim, o cérebro não distinguirá qual orelha recebeu mais intensidade (HUMES, 1999).

Levando-se em conta os principais aspectos envolvidos na física, pode-se dizer que a oscilação é a alternância entre dois extremos de uma grandeza física. Assim, o som é uma molécula de ar com compressões e descompressões que se propagam com uma velocidade aproximada de 335 m/s, variando devido a pressão atmosférica e frequência (COLLINO; RODRIGUES, 2008).

Tudo o que ouvimos é composto por ondas sonoras. Tecnicamente falando, sons são ondas mecânicas longitudinais. Isso significa que eles são causados pela vibração de partículas do meio por onde se propagam; há uma transferência de energia no meio, que se propaga por meio da compressão e rarefação de suas moléculas, longitudinalmente. Portanto, não há som no vácuo. [...] A velocidade de propagação dessas ondas no ar é de cerca de 340 m/s (COLLINO; RODRIGUES, 2008, p. 05).

Dependendo da direção em que a cabeça é pendida, a frequência sonora pode variar para mais ou para menos, neste sentido, nem todo som é percebido pelo ser humano, pois, se a frequência de vibração não atingir o mínimo sensível, não poderá ser ouvido (COLLINO; RODRIGUES, 2008).

3.2 ORELHA EXTERNA

Parte da orelha que recebe o som, ou seja, as ondas sonoras, neste ponto, as ondas são levadas até a membrana timpânica, onde recebem as

vibrações necessárias para uma primeira percepção sonora do ambiente (VALENTE, 2014).

A orelha externa tem um formato de S, que contém grandes glândulas, responsáveis pela secreção de um líquido amarelo ceroso, o chamado cerume ou “cera” (VALENTE, 2014).

A aurícula (o pavilhão da orelha) da orelha externa recebe as ondas sonoras e as transmite através do *meato acústico externo*, ou *canal auditivo*, para a membrana timpânica. O meato acústico externo é uma estrutura em forma de S [...] glândulas secretam uma substância amarela serosa, denominada cerume [...] (JACOB, 1982, p. 289).

A aurícula possui uma estrutura de 2,5 cm, um canal bem pequeno, e portanto, se não houver nenhuma anomalia a percepção do som sai perfeita, e o cerume produzido pelas glândulas fazem a proteção desse local, por isso, é importante não realizar a limpeza constante do local. Sua função principal é proteger a membrana timpânica contra danos, tanto mecânicos quanto estruturais (BONALDI et al., 2004).

3.3 ORELHA MÉDIA

É uma cavidade cheia de ar que contém três pequenos ossos e se comunica com a nasofaringe pela tuba auditiva. Em ambos os lados da membrana timpânica obtém-se a mesma pressão e, portanto, melhores condições para vibrar em resposta a um som (VALENTE, 2014).

A orelha média (cavidade timpânica) é uma cavidade muscular no osso temporal. Dentro dela estão os três ossículos da audição: o martelo (*malleus*), a bigorna (*incus*) e o estribo (*stapes*) [...] a abertura da *tuba auditiva* ou de Eustáquio, que conecta a orelha média com a nasofaringe e através da qual o ar exterior pode entrar (JACOB, 1982, p. 289).

O músculo do martelo, também conhecido como tensor timpânico, é responsável por manter a membrana timpânica sobre tensão para receber as vibrações certas e necessárias.

A orelha média recebe energia de vibrações sonoras, que se ligam ao líquido que está na cóclea, essas vibrações passam pelos ossos da orelha que as recebem da membrana timpânica, além de assegurar as pressões do ambiente, fazendo que não aconteça a ruptura da membrana timpânica (VALENTE, 2014).

3.4 ORELHA INTERNA OU CÓCLEA

A orelha interna, também conhecida como tuba auditiva, apresenta um revestimento ósseo, parte em que comumente ocorrem as perdas auditivas (VALENTE, 2014).

Na orelha interna, encontra-se a cóclea, que possui um formato espiralado e com tamanho aproximado de 3 cm, e que pode ser conhecida como “concha de caracol”. Nesta parte, os nervos sensoriais ficam diretamente ligados, recebendo e enviando informações para o cérebro (AIRES, 1999).

Na cóclea fica a separação do ar com o líquido perilinfar, responsável pela sensação de tontura quando roda-se o corpo em algum sentido devido ao movimento deste líquido (SOUZA et al., 2016).

A cóclea da orelha interna contém os receptores sensoriais para a audição. Na vista externa, a cóclea é um tubo membranoso que se enrola como uma concha de caracol dentro de uma cavidade óssea [...] a janela oval ou janela do vestíbulo (à qual o estribo se fixa) e a janela redonda (janela da cóclea), separam o líquido que preenche a cóclea do ar que preenche a orelha média (SILVERTHORN, 2010, p. 355).

A parte da cóclea preenchida por líquido, se desenrolada, pode ser dividida em três canais: a rampa do vestíbulo e o ducto colear, que se conectam entre si, e a rampa do tímpano que é uma porção com um ponto cego. A cóclea é o principal local de perda auditiva, onde ruídos extremos ou contínuos, afetam diretamente a orelha interna, diminuindo a frequência de audiometria, causando lesões severas coleares de média a alta proporção na audição (MARIEB; HOEHN, 2009).

4 ABORDAGENS SOBRE O SURDO

4.1 AS DIFERENTES FORMAS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Na maioria dos casos não se consegue definir o porquê da perda auditiva, embora comumente relaciona-se a causas na gravidez e na formação do bebê. E quando tem-se conhecimento da causa, geralmente se associam a meningite, rubéola materna, doenças hereditárias, uso de drogas, entre outras.

A perda auditiva, na maioria das vezes leva ao bloqueio da fala, o que tende a diminuir o desempenho de aprendizagem (CORMEDI, 2015).

A audição é o sentido relacionado diretamente à aquisição da língua oral e conseqüentemente as deficiências auditivas, estão diretamente relacionadas com os distúrbios da fala. A audição é o sentido que possibilita a aquisição da língua oral. É o sentido que estrutura a noção de tempo, e a língua oral é por consequência, uma sequência de sons organizados no tempo. Os sons se acabam no tempo, só podendo ser repetidos ou reproduzidos por gravação (CORMEDI, 2015, p.11).

Quando o termo deficiência auditiva é abordado, geralmente fala-se de todos os casos diagnosticados como perda auditiva, e na maior parte das vezes, da perda de audição total. Porém, há outras perdas (como a parcial), que embora não sejam questionadas, são de grande importância, principalmente quando relacionadas com a educação (LEWIS et al., 2010).

Várias são as causas de uma deficiência auditiva congênita, ou seja, quando adquirida no período pré-natal, ou nos primeiros dias após o nascimento. O dano ao sistema auditivo de origem genética por herança recessiva [...], e usualmente tem expressão precoce, antes do desenvolvimento da linguagem. Além da hereditariedade, as causas mais comuns da deficiência auditiva congênita [...], às infecções congênitas como a rubéola, à toxoplasmose, ao citomegalovírus, à sífilis e ao uso de drogas otológicas no período neonatal (LEWIS et al., 2010, p. 122).

Basicamente denomina-se quatro graus de deficiência auditiva: a leve, a com correção por prótese (moderada), a severa e a profunda. Esta última sem nenhuma forma reversão, e portanto, o indivíduo consegue se comunicar

apenas pela Língua de Sinais (LiBras), reconhecida apenas no ano 2002. Porém, mesmo que a pessoa esteja incluída no grau de perda auditiva leve ou moderada, também poderá se comunicar pela língua de sinais (MENDES; MENDES, 2011).

Cada grau de deficiência é denominada com níveis de decibéis (dB), sendo que entre 25 a 40 dB é considerada leve e o indivíduo pode ouvir algumas vogais e a maioria das consoantes, embora, as vezes acabam por estar inaudíveis assim como alguns barulhos externos. Se a perda for entre 45 a 70 dB, é considerada moderada, e o indivíduo tende a escutar apenas barulhos mais fortes, sendo que a voz das falas são quase nulas. Entre 70 e 90 dB a perda é severa, nenhum som de fala é ouvido e nem um ruído de pessoas, somente latidos ou toques de telefone com sons mais altos. E acima de 90 dB, a surdez é profunda, e nenhum som é ouvido, se o indivíduo possui esse grau de surdez desde o nascimento, a fala geralmente não se desenvolve (FIOCRUZ, 2003). E ainda, pode ser considerada pela forma da perda, classificadas a seguir:

- **CONDUTIVA:** Quando ocorre qualquer interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna. A grande maioria das deficiências auditivas podem ser corrigidas através de tratamento clínico ou cirúrgico. Esta deficiência pode ter várias causas, podendo-se citar: corpos estranhos no conduto auditivo, inflamação da membrana timpânica, perfuração do tímpano, obstrução da tuba aditiva, entre outras.
- **SENSÓRIO-NEURAL:** Quando há impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da orelha interna ou do nervo auditivo. Este tipo de deficiência auditiva é irreversível, podendo ser de origem hereditária, como problemas da mãe no pré-natal (como a rubéola, sífilis, herpes, toxoplasmose, alcoolismo, toxemia, diabetes, entre outras). Também pode ser causadas por traumas físicos, prematuridade, baixo peso ao nascimento, trauma de parto, meningite, encefalite, caxumba, sarampo, e outras.
- **MISTA:** Quando há uma alteração na condução do som até o órgão terminal sensorial associado à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo. O audiograma mostra geralmente limiares de condução óssea abaixo dos níveis normais, embora com comprometimento menos intenso do que nos limiares de condução aérea.

- **CENTRAL OU SURDEZ CENTRAL:** Este tipo de deficiência auditiva não é, necessariamente, acompanhado de diminuição da sensibilidade auditiva, mas manifestá-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão da informação sonora no tronco cerebral (Sistema Nervoso Central).

Em muitos casos o deficiente auditivo consegue se comunicar normalmente, dependendo do grau da deficiência e quando ocorreu o seu desenvolvimento. A única maneira de o indivíduo não desenvolver nenhum tipo de fala é quando ele nasce com a surdez, nesse caso, ele até pode desenvolver algum tipo de comunicação oral, embora tende a ser bastante debilitada e com muita dificuldade. Os outros tipos de surdez, desenvolvidos após o nascimento, poderão ter comunicação oral devido ao contato com a linguagem em alguma etapa da vida (DESSEN; BRITO, 1997).

4.2 BREVE HISTÓRICO DOS SURDOS

Os surdos sempre tiveram pontos bastante negativos na sociedade, uma vez que desde antes de Cristo, vinham sendo tratados como seres que não faziam parte da comunidade e portanto, eram sacrificados. Com o passar do tempo a situação foi parecida, porém, ao invés de sacrifícios, os surdos simplesmente eram ignorados e/ou abandonados pelas suas famílias (MIRANDA, 2018).

Esse conceito persistiu até o século XVI, época em que começam os relatos de educadores e de formas de educar os surdos. As discussões persistiram em desenvolver a oralidade, em que os não ouvintes deveriam comunicar-se e desenvolver seus hábitos, como aprender a falar e se comunicar normalmente (MIRANDA, 2018).

Segundo Lacerda (1996, p. 6):

[...] exigiam que os surdos se reabilitassem, que superassem sua surdez, que falassem e, de certo modo, que se comportassem como se não fossem surdos. Os proponentes menos tolerantes, pretendiam reprimir tudo o que fizesse recordar que os surdos não poderiam falar como os ouvintes (LACERDA, 1996. p. 06).

No século XVIII, obteve-se um avanço muito grande no aprendizado para surdos, pois foi nesse período que se implantou a LiBras, possibilitando várias oportunidades aos surdos, incluindo a busca por profissões. Por conta disso, houve várias discussões entre as vantagens e as desvantagens de se aprender sinais, onde a oralidade era defendida pela maioria (TOSCANO; DIZEU; CAPORALI, 2005).

Contudo, no século XX, praticamente todas as escolas voltam a utilizar a educação oral, muito defendida por Alexandre Graham Bell, (inventor do telefone), assim, as crianças surdas passavam a maior parte do seu tempo aprendendo a linguagem oral, ocorrendo uma considerável queda na escolarização dos surdos, fatos que ocorreram até o ano de 1970. Somente no início do século XXI, as crianças tiveram um olhar mais abrangente, onde havia distinção entre as crianças surdas e as “normais” (TOSCANO; DIZEU; CAPORALI, 2005).

Da mesma forma, no Brasil, também não havia muitas informações sobre como lidar com essas pessoas. Foi no início de 1857 que Dom Pedro II trouxe da França o professor surdo Eduard Huet para fundar a primeira escola de surdo-mudo no país (OLIZAROSKI, 2013).

Em 1857, inicia-se, então, a história da educação de surdos no Brasil quando, a convite de D. Pedro II, o professor francês surdo Hernest Huet, veio ao Brasil para fundar a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação para Surdos – INES. Este convite se deu ao fato de, em junho de 1855, Huet ter apresentado ao Imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa, cujo conteúdo manifestava o plano de um estabelecimento para surdos (OLIZAROSKI, 2013, p. 7).

Huet em 1857, trouxe para o Brasil a Língua de Sinais da França, e ensinava por meio dos conteúdos de português, matemática, história e geografia, além de LOF (conhecida na época como a língua articulada), os alunos eram apenas do sexo masculino e maiores de idade. Neste sentido, foi considerado o primeiro professor surdo de línguas de sinais francesa no Brasil (OLIZAROSKI, 2013).

Posteriormente, a escola de Huet passou a ser chamada de INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), com fundação no Rio de Janeiro.

Porém, Huet teve muita dificuldade em lecionar suas aulas nessa instituição, uma vez que os pais não o reconheciam como cidadão e não acreditavam em suas ações pedagógicas. Devido a isto, após cinco anos, deixou o trabalho na instituição e foi para o México (OLIZAROSKI, 2013).

De acordo com Gondfeld (1997, p. 30) “diversos profissionais começaram a investir no aprendizado da língua oral pelos surdos, e neste entusiasmo surgiu a ideia, defendida por alguns profissionais até hoje, de que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem da língua oral”.

No Brasil, os indivíduos surdos possuem por direito a educação em ensino regular e com professor de apoio. O Capítulo V da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases, que regulamenta a Educação Especial, diz que (BRASIL, 1996):

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...]

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996, p.1).

A Lei supracitada, dá o direito a todo indivíduo, com qualquer tipo de deficiência, o direito de educação no ensino regular, com o oferecimento de materiais adequados ao seu desenvolvimento, além de um profissional atuante e específico para o seu tipo de deficiência (BRASIL, 1996).

4.3 PONTUANDO AS PRINCIPAIS LEIS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Para que a pessoa se enquadre como deficiente auditivo, há uma medida chamada de audiograma que mede o decibéis, ou seja, a frequência na

qual o indivíduo escuta ou não, e que determina ou deficiência. É desta forma que pode-se determinar se a pessoa possui audição total, parcial ou nula.

Conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Art. 4º - Inciso II: “deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 1999, p. 1). A partir desse decreto, fica disposto que toda pessoa com deficiência auditiva, tem o direito de ser ensinado com uma linguagem própria, podendo se comunicar entre si ou com os outros sem dificuldades e com compreensão, e ainda, que sejam livres de preconceitos em qualquer ambiente (BRASIL, 1999).

Para que esses indivíduos tenham a oportunidade de usufruir de uma língua própria, manteve-se os professores especializados a ensinar, que a partir de 2010 foram reconhecidos como profissionais, e portanto, aptos a ensinar as pessoas com deficiência auditiva a língua de sinais brasileiras – LIBRAS. Assim a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, parágrafo único aponta que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002. p.1).

Da mesma forma, a Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, Art 1º e 2º, apresenta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010.p.1).

E ainda, as instituições de ensino, tanto a privada como a pública, devem oferecer a inclusão de um ensino bilíngue, LiBras – Português, onde os deficientes auditivos possam garantir uma educação de qualidade, além de ter direito ao ensino em qualquer horário e em local de boa acomodação para o aluno.

Para isso, deve ser oferecido na instituição de ensino os professores bilíngues, em qualquer ano de ensino, incluindo a educação infantil,

fundamental e média, além das escolas profissionalizantes, e que possam atender em diferentes matérias de ensino. Neste contexto, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Capítulo VI, Art. 22 Inciso I e II e § 2º diz que:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (BRASIL, 2005. p.1).

Nesses pareceres, todas as pessoas tem direito a uma educação de qualidade dentro de suas dificuldades de aprendizado, contudo para que isso aconteça, educadores devem ter apoio para aprimorar seus conhecimentos e buscar mais especializações, e aos alunos surdos em específico, os professores precisam fazer o curso de LiBras. Assim, segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, do capítulo IV sobre direito à educação Art 28, § 2º:

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015.p.1).

Neste contexto, para que todos os alunos surdos tenham uma educação de qualidade com acompanhamento igual aos outros alunos, o professor deve possuir habilitação para integrar a sala e acompanhar o aluno com deficiência, podendo traduzir todo o conteúdo passado e tirar todas as dúvidas que surgem durante as aulas.

4.4 FILOSOFIA EDUCACIONAL PARA OS SURDOS

A linguagem para Vygotsky é uma forma de percepção e não somente uma comunicação em si, mas sim, uma função que regula todo o pensamento. O significado real de linguagem “é qualquer meio sistemático de expressar ideias ou sentimentos, através de símbolos, funções sonoras, signos, entre outros” (MORATO, 2002). Desta maneira, pode-se enfatizar que a linguagem está com o sujeito em todos os momentos.

A inclusão de surdos na educação teve seus pressupostos não aceitos inicialmente, a ponto de serem evidenciadas filosofias diferenciadas para o ensino e a comunicação dos surdos, entre elas, a comunicação total, o bilinguismo e o oralismo. Essas formas são as que se desenvolvem entre as pessoas com deficiência ou não.

Em 1911 foi adotada pelo INES o oralismo na educação dos surdos e em 1957 a língua de sinais foi abolida totalmente das escolas, porém, os alunos continuaram utilizando a língua de sinais nos corredores, indo contra a abolição e mantendo a tradição. Já em 1970, chega às escolas a comunicação total e uma década depois, surge o bilinguismo.

4.4.1 Oralismo

O oralismo foi a primeira filosofia a ser desenvolvida no ensino dos surdos, trata-se de ensinar a leitura e a escrita, além de fazer com que aprenda a falar como um indivíduo falante, para que ele se enquadre na sociedade.

Desta forma, o ensinamento do surdo era feito por meio do reconhecimento de pequenos fragmentos de sons que eles pudessem perceber, e então, a fala era desenvolvida conforme iam se familiarizando com esses ruídos. E ainda, o ensinamento era transmitido por meio de gestos e sinais, visando o desenvolvimento de algum tipo de pensamento para poder expressar através da fala.

Desta maneira, Goldfeld (1997, p. 37) afirma que “o surdo que consegue dominar regras da língua portuguesa e consegue falar (oralizar) é considerado bem-sucedido. O oralismo espera que, dominando a língua oral, o surdo esteja apto para integrar-se à comunidade ouvinte”.

A filosofia do oralismo foi defendida em Milão em 1880 no “Congresso Internacional de Educação para Surdos”. Neste evento, foi criado o aparelho de surdez, que de acordo com os congressistas era a “cura” surda, que foi utilizada na maioria das escolas Europeias após o congresso. Já no Brasil os surdos eram tidos como escravos, e eram obrigados a utilizar a oralidade para se comunicar, assim, para que não houvesse a comunicação gestual os senhores atavam as suas mãos.

As escolas a partir deste momento, se tornaram mais centros de tratamentos do que aprendizado, pois os professores que antes ensinavam língua de sinais foram despedidos, da mesma forma que os professores surdos, e em seus lugares foram contratados professores ouvintes.

Falar é algo fácil para as pessoas ouvintes que armazenam vocabulários em sua mente desde que nascem. Porém, quando se trata de uma pessoa surda, esses caminhos se tornam difíceis ou até mesmo impossíveis, pois o fato de não ouvirem impossibilita-os de assimilarem palavras em seus cérebros (KALATAI; STREIECHEN, 2012, p. 6).

Todavia, a fala se torna algo mais fácil para quem é ouvinte, porém para os surdos a situação é diferente, uma vez que os alunos surdos conseguiram apenas refletir algumas palavras sem entender seu parecer, vários deles se tornaram analfabetos, o que trouxe grande regressão para a vida.

4.4.2 Comunicação Total

A filosofia da comunicação total foi implantada após a insatisfação com a tentativa de reabilitar os surdos a serem ouvintes por meio da educação oral, uma vez que não houve sucesso em ensinar os surdos a falarem ou se comunicarem pela fala. Assim, neste período, mostrou-se que a língua de

sinais tinha importância entre os surdos, porém ainda não se utilizava totalmente a utilização os sinais, mas usava-se as duas modalidades.

A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação (GOLDFELD, 1997, p.38).

A comunicação total é a forma de utilizar-se de sinais por meio de mímicas, gestos, sinais ou qualquer estratégia que pode fazer com que o surdo se comunique, sem extinguir a língua oral, mas se completando com ela. Desta forma, essa filosofia foi mais aceita, embora não totalmente satisfatória, pois utilizavam os sinais e a fala, o que deixava as situações confusas, atrapalhando os aprendizados.

4.4.3 Bilinguismo

O bilinguismo é atribuído até os dias de hoje, pois torna a comunicação de ouvintes e surdos consideravelmente mais fácil, além de facilitar em grande parte o convívio e o aprendizado. Neste contexto, é abordada a língua em questão tradicionalmente utilizada (Língua portuguesa) e escrita, e a língua brasileira de sinais (LiBras), onde em qualquer instituição com alunos surdos ocorre a sua aplicação para uma boa comunicação.

Nesta perspectiva, como o aluno surdo utiliza muito mais o visual, torna-se mais fácil para ele a comunicação por meio da LiBras, enquanto que para a comunicação escrita, ele utiliza a língua portuguesa, onde aprende igualmente aos outros alunos.

Tendo em vista que a língua de sinais deve ser ensinada desde o primeiro momento de aprendizado do aluno, e portanto, na educação infantil, momento de alfabetização, e a língua portuguesa deve ser ensinada posteriormente, para a partir deste momento obter o conhecimento da escrita.

A corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária – ensinada, de preferência, em sua modalidade escrita -, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo. (LOPES, p. 56, 2011).

A modalidade do ensino de Libras foi uma reivindicação dos próprios surdos, pois assim, poderiam ter maior acesso e facilidade na comunicação entre eles e com a sociedade.

5. INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE DEFICIENCIA AUDITIVA EM ENSINO REGULAR

Inclusão é basicamente facilitar o entendimento da sociedade e capacitar para que possa lidar com as diferenças, colocando a escola como única e capaz de atender a todos, sem preconceitos, e tornando as classes mais homogêneas com ensino mais igualitário (DE SOUZA, 2013).

Apesar de o deficiente auditivo ter a garantia de inclusão no ensino regular, atualmente ainda questiona-se sua permanência e aprendizado na escola, pois pensa-se que a inclusão no final acaba virando uma exclusão, o debate aborda o questionamento de se o aluno surdo irá atrapalhar ou alunos ouvintes, ou se haverá uma interpretação viável de conteúdo do professor (DE SOUZA, 2013).

Levando em conta que no passado a pessoa surda não tinha como se comunicar, pois não existia a língua de sinais, os ouvintes passaram a ensinar a escrita e a leitura, tem-se que esse é o primeiro passo para o ensinamento.

E desta maneira, a falta de reconhecimento sobre a inclusão, faz-se notar que grande parte das escolas não tem preparo para incluir os alunos com necessidades especiais, devido à falta de regulamentações, espaços adequados e principalmente preparo inadequados dos profissionais, além do grande preconceito que ainda existe entre as pessoas com esses alunos. E para que se possa ter uma boa inclusão da pessoa surda na escola é preciso que tenha um bom preparo, do profissional e do aluno, para que ocorra uma boa interação.

Assim como enfatiza Quadros (2003, p. 85):

Na verdade, caracteriza-se a educação com base na exclusão. Se se propõe uma educação inclusiva, supõem-se a existência de excluídos. Assim, a reflexão deve ser feita tendo em vista esta oposição que sustenta a política educacional nacional.

Assim, compreende-se que, ainda é muito difícil aceitar um deficiente auditivo no ensino regular, devido ao fato de que a própria rede de ensino transmite um olhar de que o aluno terá dificuldades e que poderá atrapalhar aulas e alunos ouvintes, antes mesmo de saber o seu verdadeiro apontamento no aprendizado, ou seja, do seu grau de desempenho escolar.

Desta forma, comumente, os professores encontram-se despreparados e sem capacitação adequada para ministrar aulas para esses alunos, tendo que ministrá-las iguais aos ouvintes. Neste contexto, a realidade de que a escola teria que se adaptar aos alunos frequentemente não ocorre, em consequência, surgem barreiras entre os deficientes auditivos e a falta de profissionais aptos para lhes ensinar.

Usualmente, o processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngues do surdo, razão pela qual os professores tendem a considerar-se despreparados para atuar com essa população (SOUZA; GOÉS, 1999 apud GUARINELLO et al., 2006, p. 320).

Porém, não se pode generalizar esses acontecimentos, pois algumas instituições de ensino vêm ofertando meios e cursos para professores, visando a busca pela inclusão necessária entre escola e deficiência.

Na perspectiva Histórica Cultural, a educação escolar tem um importante papel na formação das pessoas. É fundamental a mediação docente, posto que a prática cultural mais importante que o homem desenvolve é o ensino sistematizado. A mediação ocorre em qualquer processo de ensino, contudo, a qualidade do conteúdo que é ensinado aos alunos determina a sua evolução acadêmica (CORRADI, 2012, p. 86).

Contudo, essa parcela é mínima, pois falta a capacitação de professores para atuar diante das necessidades dos deficientes auditivos. Essa falta de preparo acaba prejudicando o bem-estar destes alunos que se sentem ignorados pela sociedade e muitas vezes desistem dos estudos.

Lança mão da afetividade e, em especial, do sofrimento como imagem desestabilizadora, para estudar a exclusão. Argumenta, então, que ao considerarmos a exclusão como sofrimento de diferentes tipos, recuperamos o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas sem, no entanto, perder o coletivo (SAWAIA, 2006, p. 97-98 apud SUDRÉ, 2008, p. 11).

O processo de inclusão – exclusão geralmente mostra que o preconceito ainda existe em nossa sociedade, e que muitas das pessoas com a deficiência auditiva se sentem excluídas ou passam despercebidas no dia-a-dia dos cidadãos.

5.1 A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA COM A ESCOLA

O chegada de uma criança com deficiência exige adaptações em toda a base familiar, mudanças de hábitos e também adaptação social, além de aceitação no seio familiar. Estes são os principais fatores para a socialização da criança surda e sua própria aceitação. A forma que será tratada será a base inicial para seu próprio desenvolvimento, aprendendo suas crenças e valores.

A família é a base para que o indivíduo com surdez possa ter os primeiros passos da educação, o diagnóstico é feito pelas demonstrações afetivas, devendo os pais procurar assistência para obter orientações de como lidar com a situação.

A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança. Porquanto, é no seio familiar que a criança pode encontrar um ambiente favorável de crescimento e desenvolvimento ou um ambiente desfavorável, que na verdade gera dificuldades. Assim a criança Surda pode ser melhor se ela encontrar na sua família apoio e um ambiente favorável (BRITO, 2013. p. 21).

A luta contra os preconceitos e a falta de garantia para com as pessoas com deficiência auditiva é um empecilho nas suas vidas, assim, a família se torna ainda mais fundamental para a busca de informações e garantia de seus direitos. Neste sentido, a família irá desenvolver a inclusão dessa criança ao meio estudantil, em escolas especializadas ou de forma individual, para que

possa aprender a lidar com situações do dia a dia, e lidar com meios sociais, cognitivos e afetivos.

Também cabe a família a inclusão da criança surda na escola bilingue, onde poderá interagir com outras crianças, sendo seu dever participar ativamente de reuniões e atividades desenvolvidas pela escola, e ainda, acompanhar todos os processos que envolvem a criança.

A família deve estar atenta ao desenvolvimento de seu filho, sendo participativa, reconhecendo quais são os direitos e os deveres da criança, bem como os seus no processo educacional, devendo participar sempre da rotina escolar se mostrando engajada juntamente com a escola e toda a rede escolar (BEZERRA, 2014. p. 32).

O professor também precisa do apoio familiar, para que possa entender as dificuldades que a criança apresenta, e para um melhor desenvolvimento das tarefas propostas, fazendo com que o deficiente auditivo aprenda suas responsabilidades para conviver em um meio social, e compreenda o real significado de estar na escola.

5.2 O PAPEL DO PROFESSOR E INTÉRPRETE COM O SURDO

A inclusão do aluno surdo em escola regular é um desafio em vários sentidos, principalmente, com relação a comunicação, pois a oralidade entre os alunos, muitas vezes, torna o aluno surdo excluído da realidade escolar, sendo essa diferença encontrada no aprendizado, já que a forma de percepção de conteúdos é totalmente diferente nas duas visões.

Para que o professor possa coordenar uma aula adequada para a criança surda, é preciso a colaboração espontânea da família, onde com uma boa comunicação possa deixar claro todos os aspectos que serão abordados durante o período escolar. Assim, torna-se importante a Lei nº 12.319 de 2010, que afirma que a escola que possui aluno com surdez, tem direito a um profissional intérprete da sua língua, para que ele possa se comunicar, interagir e compreender de maneira mais clara o que acontece no mundo escolar.

Sabendo ainda, que o professor intérprete deve realizar a mediação entre todos os alunos, para que a inclusão seja feita de forma correta, onde o aluno oral e o aluno surdo possam interagir sem preconceitos.

A inclusão deve atingir todos os alunos dentro de uma classe e não somente os alunos com necessidades especiais. A inclusão não difere, ela tem como foco o aluno e precisa atingir a todos, com o objetivo de desenvolvimento de aprendizagem para todos (BRITO, 2013. p. 26).

O professor deve auxiliar para a inclusão do aluno, evitando que os outros alunos deixem de ver a diferença entre eles. O intérprete devem além de traduzir o conteúdo, fazer a interlocução de práticas, ajudar no desenvolvimento social do aluno e na interação com os outros alunos, além de auxiliar no desenvolvimento de seu caráter e mostrar seu papel na sociedade.

O educador regular da escola também precisa estar ciente das dificuldades que irá encontrar na sala de aula que possui um deficiente auditivo, e assim, seus métodos de ensino precisam ser adaptados para que todos tenham compreensão de suas aulas, a comunicação entre educador e o aluno surdo deve ser clara, com uma mediação adequada.

Para o aluno surdo é muito importante o uso de recursos diferenciados, como jogos lúdicos, com assuntos relacionados ao conteúdo, além da utilização de expressões como gestos, devido a sua maior compreensão visual. Porém, sabe-se que a maioria dos professores não possuem qualificação para enfrentar uma sala com quaisquer indivíduo com deficiência, deixando que o interprete fique com a responsabilidade de enfrentar os desafios.

E na maioria das vezes isso acontece pela falta de cursos preparatórios, ou até mesmo pela falta de interesse do próprio profissional, por achar que não há necessidade, e até mesmo pela falta de tempo, deixando que o seu papel seja desempenhado por outra pessoa, ou deixe o aluno com deficiência desalojado no ambiente escolar.

Da mesma forma, o professor não é necessariamente o culpado pela falta de conhecimento relacionado ao surdo, mas sim, a falta de apoio, materiais, qualidade de ensino, entre outras falências que a educação enfrenta atualmente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, analisámos um pouco sobre os parâmetros para avaliar uma pessoa como sendo ou não passiva de inclusão devido a sua deficiência auditiva.

Levando-se em conta todos os preconceitos conhecidos atualmente, o surdo não passa despercebido. Com o presente estudo, pode-se ter uma melhor reflexão sobre o desenvolvimento do plano de inclusão escolar para pessoas com deficiência auditiva.

A inclusão, é infelizmente, na realidade, uma exclusão para os que não ouvem, pois, pouco se faz sobre o assunto, uma vez que, nas salas de aulas ouvintes e surdos possuem os mesmos métodos de ensino e com os mesmos professores.

Como discutido neste trabalho, chegamos à conclusão que os direitos dos surdos vem sendo buscados a muitas décadas, entretanto, apesar de muito se falar em inclusão educacional e profissional dos deficientes auditivos, ainda são poucos os resultados concretos, ou seja, pouquíssima foi a evolução na inclusão apesar de tantos esforços dessa classe corajosa.

Outra discussão abordada, foi no sentido de que a surdez possui níveis, ou seja, pode ser parcial ou total. Neste sentido, conclui-se que quando fala-se em inclusão de pessoas com deficiência auditiva, as leis referem-se apenas a aqueles com surdez total, entretanto as pessoas com surdez parcial também passam por várias dificuldades, e deveriam ser também beneficiadas pela inclusão social.

Considerando que para uma pessoa ser considerada surda, ela não pode ter percepção precisa das palavras ditas por outra pessoa, uma pessoa com surdez parcial deveria também fazer parte das propostas de inclusão, afinal a inclusão não pode ser parcial, ou seja, um estudante que mesmo concentrando-se dentro de sala de aula não tem condições de entender o que o professor está falando, todavia não conseguirá compreender o conteúdo, e seu aprendizado será afetado negativamente. Conclui-se que por vezes a própria política de inclusão trata com discriminação e exclui certas pessoas.

REFERÊNCIAS

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kooban S.A. 1999.

ARRABAL, A. K. **Qual a Diferença entre uma Pesquisa Bibliográfica e uma Pesquisa Documental?**. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/04/qual-diferenca-entre-uma-pesquisa.html>>. Acesso: 19 mar. 2018.

BEZERRA, A. S. **Métodos de Ensino para a Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Auditiva**. 2014. 47 f. Monografia (Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

BEZERRA, A. S. **Deficiência Auditiva**. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-auditiva.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BONALDI, L. V. et al. Bases anatômicas da audição e do equilíbrio. São Paulo: Santos, 92 p., 2004.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em: 24 out 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 22 de fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e das outras providências: Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 24 out. 2014.

BRITO, M. **Inclusão do Surdo na Escola Regular.** 2013. 41 f. Monografia Monografia (Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

COLLINO, R.; RODRIGUES, F. V. **Fisiologia da Audição.** V Curso de Inverno. Tópicos em Fisiologia Comparativa. Departamento de Fisiologia Instituto de Biociências. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 2008.

CORMEDI, M. A. **Estudos sobre a deficiência auditiva e surdez.** Equipe Técnica de Avaliação, Revisão Linguística e Editoração. S/ano.

CORRADI, A. J. A Importância no Aprendizado do Aluno Surdo Sobre a Mediação do Instrutor/Surdo - Surdo. **Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, p. 79-92, 2012.

CORRENT, N. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 89, 2016.

DESSEN, M. A.; BRITO, A. M. W. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. **Paidéia**, n. 12-13, p. 111-134, 1997.

DE SOUZA, Mônica Sena et al. Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação & Informação**, v. 18, n. 1, p. 1-16. 2013.

FERNANDES, L. C. B. C. et al. Brainstem Auditory Evoked Potential in subjects with sensorineural Hearing Losses. **Revista CEFAC**, v. 15, n. 3, p. 538-545, 2013.

FIOCRUZ. **Deficiência Auditiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-auditiva.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem, Cognição, Numa Perspectiva Sociointeracionista**. 2ª Ed. São Paulo: Plexus, 1997.

GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Ensaios Pedagógicos**, v. 6, p. 1-13, 2013.

GUARINELLO, A. C. et al. A Inserção do Aluno Surdo no Ensino Regular: Visão de um Grupo de Professores de Estado do Paraná. **Revista Brasileira em Educação Especial**, v. 12, n. 3, p. 317-330, 2006.

HUMES, L. E. Considerações psicoacústicas em audiologia clínica. In: **Tratado de audiologia clínica**. 4ª ed. São Paulo: Manole, p. 56-72, 1999.

JACOB, S. W. **Anatomia e Fisiologia Humana**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Kooban S.A. 1982.

KALATAI, P.; STREIECHEN, E. M. **As principais metodologias utilizadas na educação de surdos no Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LACERDA, C. B. F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimento**. 1996, 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LAZZARETTI, B.; FREITAS, A. S. Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**, v. 5, n. 6, p.1-13, 2016.

LEWIS, R. D. et al. Comitê Multiprofissional em Saúde Auditiva – COMUSA. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v.76, n. 1, 2010.

LISBÔA, L. O caminho do som, aparelho auditório. **Revista Super Interessante**. 2016.

LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MARIEB, E. N.; HOEHN, K. **Anatomia e Fisiologia**. 3ª Ed. 1072 p. 2009.

MENDES, M.; MENDES, S. F. P. **Surdez, libras e inclusão**: o pedagogo como mediador. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR. 2011.

MIRANDA, R. C. História dos surdos. **Mirandalibras**. 2018. Disponível em: <<http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html>>.

MORATO, Edwiges Maria. **Linguagem e cognição as reflexões de LS Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem**. Plexus Editora, 2002.

OLIVEIRA, J. B.; ZIESMANN, C. I.; GUILHERME, A. A. Educação inclusiva:(re) pensando a formação de professores. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão, 1, 2016. Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS, 2016.

OLIZAROSKI, H. M. I. **Trajetória histórica do sujeito surdo e reflexões sobre as políticas públicas que regem a educação do surdo no Brasil**. Publicada em Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo_simposio_6_892_iaramikal@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PIANA, M. C. **A Construção da Pesquisa Documental**: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 233 p., 2009.

QUADROS, R. M. **Situando as Diferenças Implicadas na Educação de Surdos: Inclusão/Exclusão**. Florianópolis, 2003.

SILVERTHORN, C.A; GARRISON, W.C; OBER, C.W. **Fisiologia Humana: Uma abordagem integrada**. 2ª Ed. Barueri, SP: Ed. Manole Ltda, 2003.

SOUZA, Fábio José Fabrício de Barros et al. Cervical computed tomography in patients with obstructive sleep apnea: influence of head elevation on the assessment of upper airway volume. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 42, n. 1, p. 55-60, 2016.

SUDRÉ. CANDIDO ELAINE. O Ensino – Aprendizagem de Alunos Surdos no Ensino Médio em Classes de Ensino Regular. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TOSCANO, L. C.; DIZEU, B.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc**, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005.

VALENTE, J. M. **Construção de instrumento educativo sobre distúrbios da audição e aprendizagem para professores de ensino fundamental I**. 2014, 37 f. Dissertação (Mestrado em Reabilitação do Equilíbrio Corporal e Inclusão Social) – Universidade Anhanguera de São Paulo. 2014.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, n. 18, p. 47-57, 2001.